

Mario Tronti e uma autonomia possível: da fábrica à sociedade

Lucas Alves Barbosa¹

Fernando Henrique Ferreira²

Breno Augusto de Oliveira Santos³

Resumo: Este artigo propõe apresentar reflexões do filósofo italiano Mario Tronti, elucidadas em *A Fábrica e Sociedade*, tendo como ênfase as noções tratadas em seus textos como as de autonomia operária e capital social, partindo da complexidade da relação entre o universal e o particular das classes e do capital. Frente ao desenvolvimento da produção capitalista nas décadas subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Tronti, juntamente com outros membros do operaísmo italiano, produziu textos que problematizam como a noção de fábrica como produtora de mais-valia ampliou-se por toda a sociedade, transformando todo trabalho em trabalho industrial.

Palavra-Chave: Autonomismo. Capital social. Operaísmo.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, Mestre (2017) e bacharel em Filosofia pela mesma instituição (2014) e licenciado em História pela Faculdade Campo Limpo Paulista (2011).

² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) campus Sorocaba - SP, na linha de pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. É membro do GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação) da UFSCar Sorocaba.

³ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (2010 - 2014) com graduação sanduíche pelo programa de mobilidade internacional pela Universidade do Porto - Portugal (FLUP-UPORTO) em 2012, graduado em História pela Universidade de Sorocaba (2003 - 2006).

Abstract: This article proposes to present the reflections of Italian philosopher Mario Tronti, diluted in *The Factory and Society*, emphasizing the notions dealt with in his texts, such as the autonomy of workers and social capital, starting from the complexity of the relationship between the universal and the particular of classes and capital. In the face of the development of capitalist production in the decades after the end of the Second World War (1939-1945), Tronti, together with other members of Italian operaism, produced texts that problematize how the notion of factory as a producer of surplus-value was extended. throughout society, transforming all work into industrial work.

Keywords: Autonomism. Social capital. Operaism.

Do contexto aos textos: uma breve introdução

As obras de Mario Tronti sobre a autonomia foram desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970, períodos marcados pelas greves operárias, tal como a de 1962, a qual culminou em violentos enfrentamentos na Piazza Satuto, local em que os trabalhadores saquearam a sede do sindicato social-democrata (ALTAMIRA, 2008). Além disso, ocorreu no ano de 1969 o chamado “outono quente”, marcado pelas manifestações operárias e estudantis e, por fim, as manifestações no interior das instalações da fábrica FIAT em 1973, lideradas por operários mais jovens, com os seus rostos cobertos com lenços vermelhos, os quais atacavam os chefes, os seguranças, os fura-greves e os espões, destruíam maquinarias e sabotavam os produtos. Foi nesse contexto que, tal como afirma Tari (2013, p. 33), os trabalhadores caminhavam “todos em cortejo à reunião seguinte do conselho de fábrica e os delegados sindicais receavam seriamente ser agredidos”.

Foi nesse cenário que o operaísmo italiano se destacou, a partir do *Quaderni Rossi*, caracterizando-se pela defesa da subjetividade operária, retomando o ponto de vista do operariado como eixo central para o entendimento da composição de classe e da luta de classes (FILIPPINI, 2011). O operaísmo foi um movimento intelectual em

defesa da autonomia operária, do enfrentamento ao reformismo e do entendimento conjuntural da luta de classes, sendo composto por jovens intelectuais como: Raniero Panzieri, Romano Alquati, Mario Tronti e Antonio Negri. No conjunto de ideias e de hipóteses como se apresenta na obra de Marcello Tari (2013, p. 7), a produção intelectual operaísta como parte, e desenvolvedora, do autonomismo italiano poderia ser classificada como “social-democrata para os anarquistas, demasiado anarquista para os marxistas-leninistas e demasiado ambas as coisas para a Nova Esquerda (...)”. Se a noção de autonomia circunscreve múltiplos significados com diferentes expressões, correntes teóricas e interpretações, duas características são significativas: a oposição ao controle institucional e estatal, e a crítica à verticalização e ao reformismo político apresentados pelos partidos de esquerda.

O caso italiano em questão pode ser entendido a partir da produção intelectual e do ativismo político de sua intelligentsia - localizando-se entre a academia e o movimento operário (FILLIPINI, 2011; TARI, 2013) - situada entre o crescimento industrial italiano na década de 1950, a crise do comunismo soviético em 1956, os efeitos de Maio de 68, o reformismo do PCI nas décadas subsequentes após o fim da Segunda Guerra Mundial e o processo inicial de uma reestruturação produtiva.

A autonomia operária, presente nos levantes da década de 1960 e nos anos de 1970 caracterizavam-se a partir de uma composição contemporânea da classe trabalhadora, a qual demonstrava oposição às diretrizes do PCI e suas alianças eleitorais com a Democracia Cristã. Dessa forma, a autonomia era a “continuidade e radicalização da militância operária independente de partidos e sindicatos” (DA FONSECA, 2016, p. 51).

Dessa maneira, os intelectuais operaístas introduziram novas questões teóricas diante a uma nova conjuntura na luta de classes frente às transformações da produção industrial e à reconfiguração da classe trabalhadora. Suas análises e discussões passavam pelo entendimento do modo como se estendeu a produção do valor na sociedade

contemporânea e como a forma da produção capitalista assumiu todas as esferas da vida social. Nas palavras de Panzieri: “Quanto mais se desenvolve o capitalismo, tanto mais a organização da produção estende-se à organização da sociedade” (1971 *apud* TURCHETTO 2004, p. 90). Tronti complementa que “(...) toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende o seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade” (1971 *apud* TURCHETTO 2004, p. 90).

A fábrica, dessa maneira, como produtora de mais-valia e responsável em modificar as relações sociais, ampliou-se por toda a sociedade, promovendo uma “transformação de todo trabalho em trabalho industrial” (1974 *apud* TURCHETTO 2004, p. 94), produzindo, conseqüentemente, a proletarianização das demais frações da classe trabalhadora entendidas pelo marxismo oficial como não produtivas. Nesse ínterim, toda a sociedade se integraria à fábrica, sobretudo as instituições políticas e organizações operárias, tal como os sindicatos e partidos. A sociedade tornou-se uma extensão da organização fabril, ou seja, quanto mais a produção capitalista se desenvolve, mais a forma capitalista assume todas as outras dimensões da vida social. Para Tronti, o capital atinge seu pleno desenvolvimento como capital social. Desse modo, Tronti recompõe a questão revolucionária nos quadros de um capitalismo desenvolvido: diante do domínio do capital sobre toda a sociedade, a autonomia de classe é possível? Qual o significado dessa autonomia?

A autonomia aqui tratada é a de autogestão da classe trabalhadora, autonomia política, espontaneísmo e horizontalidade. Para Tronti (2001), a autonomia é o espaço aberto de resistência ao capital e suas instituições, presentes em lutas autônomas dos trabalhadores. A autonomia também é projeto de uma classe emancipada, ou seja, ela é o meio e o fim de uma liberdade possível.

À vista disso, compreendia que no atual estágio do desenvolvimento capitalista o “capital moderno não pode prescindir de um sindicato moderno, na fábrica, na sociedade e diretamente no Estado” (2001, p. 76). Desse modo, entendia que os partidos e sindicatos seriam

formas institucionais-burocráticas de controle de classe e, por isso, vistos como apêndice do desenvolvimento do Capital, empurrando o movimento operário para o reformismo⁴.

Dessa maneira, a estratégia de autonomia estaria na organização operária, a qual passaria também pelo partido, mas não um partido como uma simples organização política para processos eleitorais. Em seus escritos de 1964 (*Clase y Partido*), descreveu que: “é necessário introduzir um conceito novo de *luta política* operária que substitua a velha” (2001, p. 115, tradução nossa). Essa organização não poderia ser os sindicatos e os partidos reformistas, pois diante de um capital social que se amplia e integra a fábrica, Estado e sociedade, seria então necessário desenvolver novas saídas para a classe operária.

As novas estratégias deveriam sair da fábrica para a sociedade e, em seguida, retornar para a fábrica. Nesse rearranjo, o partido de classe – e não para classe como ponto de partida de organização – deve ser constituído de dentro para fora, da produção para a sociedade. Assim,

[...] reafirmar que uma relação correta entre classe e partido pressupõe em primeiro lugar, por toda parte do partido, um *conhecimento científico* dos movimentos materiais, objetivos, espontâneos da classe operária e que se só isso torna possível hoje um conhecimento científico dos movimentos da classe capitalista e de sua organização social. (2001, p. 117, tradução nossa).

⁴ Tronti descreveu que os sindicatos seriam parte da lei de desenvolvimento e que tenderiam ao papel de mediadores entre capitalistas e operários. Em relação aos partidos, a tendência de se institucionalizarem e se limitarem ao reformismo de Estado. Essa análise foi direcionada ao Partido Socialista Italiano em que o citou da seguinte forma: “O partido socialista como partido de classe está morto. Toda tentativa de reanimar o cadáver com massagens morais ao velho coração vermelho da tradição do século XIX é algo inútil e nocivo. O partido socialista assumiu nestes anos a valente função histórica de ajudar a parte mais moderna do capitalismo italiano, que por si só não conseguia, impor a própria linha de desenvolvimento econômico em uma situação de atrasos estruturais persistentes, de medos políticos, de incertezas institucionais” (2001, p. 110, tradução nossa).

O partido, portanto, seria uma organização de classe e da classe, um órgão teórico de seus movimentos e desenvolvimentos, ou seja, o partido nesse sentido não seria somente o portador das estratégias, mas “o órgão prático de sua aplicação tática” (2001, p. 117, tradução nossa). Por isso, ele, como organização de classe, deve estar na fábrica e em cada modo de produção em que seus integrantes se encontram. Deve sobreviver às institucionalizações das estruturas políticas burguesas e do capital, enfrentar o reformismo, coligações e a ideologia socialdemocrata⁵.

O partido deteria como função uma capacidade prática de previsão e direção dos movimentos da classe em situações históricas determinadas e na possibilidade concreta de atuar. Continuaria sendo, portanto, central, mas diferencia-se do marxismo leninismo soviético a partir da centralidade do ponto de vista do operariado e da tentativa de compreender a situação concreta de uma realidade histórica concreta. Nas palavras de Tronti: “O grande exemplo leninista do partido aponta para a conquista histórica, pela classe operária, do mundo da tática: não por acaso, pela primeira vez, esteve vinculado a uma experiência revolucionária histórica e concreta” (TRONTI, 2001, p. 117, tradução nossa).

Se a noção de partido deve ser revista e retomada como órgão de classe, o sindicato, por sua vez, deveria ser do mesmo modo revisto, pois viveria, de acordo com Tronti, unicamente para a mediação entre operários e interesses capitalistas, deveria ser retomado como órgão legítimo dos interesses da classe operária. Em última instância, o interesse do operariado sobreviverá no partido como forma de organização

⁵ É possível impedir que um partido da classe trabalhadora não se institucionalize e se transforme em social democrata? O processo de institucionalização e social democratização são formas de poder sobre as organizações políticas da classe trabalhadora? Tronti responde da seguinte forma: “Não entregar o PCI à operação reformista do capital, mesmo que este fizesse tal exigência, é o primeiro objetivo na organização prática: unicamente desde o interior da luta por este objetivo poderá começar imediatamente para recompor em termos de ação revolucionária a relação política entre classe e partido” (2001, p. 112, tradução nossa).

de seus interesses. A oposição de qualquer órgão operário é o reformismo, e ele é o meio de “liquidação” do partido, uma caminhada para a via liberal, um oportunismo. Ao corroborar com Lênin, um partido deve ser um órgão da classe no sentido emancipatório, e visto que o reformismo e a socialdemocracia corromperam a autonomia política dos trabalhadores, transformou conscientemente um instrumento de classe como instrumento para o próprio capital.

Resta agora, dentro dos limites do presente texto, tentarmos reconstituir as mediações pelas quais Tronti assume tais posições. Compreender como a fábrica se estendeu por toda a sociedade, e como a autonomia mediante às formas de poder do capital, é a expressão de resistência de classe.

Entre Capital e autonomia: de Marx à Tronti

Na análise que faz dos textos de Marx, Tronti se dedicará ao processo do capital social, isso porque seu ponto de partida é o de uma sociedade cujo capital já se encontra em seu pleno desenvolvimento. Sua preocupação, portanto, é demonstrar o modo pelo qual, ao se pôr como capital social total, apontando assim como realidade universalizada no interior da sociedade, o capital incide diretamente sobre a totalidade das relações sociais, expandindo-se para além da fábrica. Devemos, portanto, retornar a essa formulação em Marx, tal como o faz Tronti, a fim de compreender melhor o desenvolvimento das categorias que opera para sustentar suas posições acerca da autonomia operária.

A análise marxiana do *capital social total*⁶ não trata, num primeiro momento, da concorrência, bem como do sistema de crédito. Isso

⁶ O todo, isto é, a totalidade do capital social, que constitui o capital em sua existência em si e por si, não elimina, no entanto, o momento das partes, isto é, dos muitos capitais, que constitui a existência múltipla do capital no mundo fenomênico. Ao contrário, como o expusemos, o capital social total e as muitas partes fracionárias que o compõem como seus momentos são mutuamente determinados, constituindo-se como dois momentos de uma unidade, da totalidade do capital, que são indissociáveis e que necessariamente condicionam e pressupõem reciprocamente. Sem o todo não há partes, assim como não há todo sem as partes. O todo pressupõe as partes e as partes

porque, na concorrência o capital ainda se encontra como pluralidade de particulares concretos que negam uns aos outros e o sistema de crédito pressupõe o capital sobre a forma líquida do crédito e, portanto, diferente dos demais capitais concretos particulares, o que pressupõe uma forma específica de capital, perdendo de vista a perspectiva de sua dimensão geral mais abstrata. Tal análise busca os processos totalizantes postos em movimento pela valorização do valor. Desse modo, uma tal abordagem em Marx visa reconhecer as mediações pelas quais os movimentos particulares, ainda que em condição de oposição, se integram em um todo articulado que os sintetiza e os ressignifica.

O *capital social total*, em sua forma de capital genérico, apenas pode ser pensado a partir da multiplicidade de capitais concorrentes num dado estágio avançado de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Apesar da mudança formal do capital em seus movimentos particulares de valorização, não se opera aqui uma mudança essencial enquanto “forma social de riqueza no modo de produção historicamente determinado que produz e reproduz coisas e gente pelo mecanismo do fetiche” (CARVALHO, 2014, p. 164). Assim, como descreve Carvalho, essa forma genérica e total do capital corresponde a “uma forma social histórica que transforma todo conteúdo material da produção da riqueza social numa abstração de riqueza expressada no dinheiro, como representação social de poder no capitalismo” (2014, p. 164). Na medida em que a universalidade totalizante do capital sob a forma de capital social total está condicionada ao desenvolvimento de uma forma particular de valor, o dinheiro, a relação entre particularidade e universalidade no interior do movimento do capital é contraditória e complexa.

Na análise do movimento do capital social total, portanto, Marx deixa à mostra somente a dimensão mais essencial da forma própria da relação do capital, sua dimensão de produção de valor a partir da exploração do trabalho alheio, abstraindo toda particularidade

o todo. (BÁEZ, 2012 p.77, tradução nossa).

dos movimentos singulares e dessa valorização. Entretanto, ao fazê-lo, reproduz apenas uma abstração que existe desde já na realidade. Desse modo:

O capital em geral, diferentemente dos capitais particulares, se apresenta, a bem da verdade: 1) apenas como uma abstração, não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que capta a diferença específica do capital em oposição a todas as demais formas de riqueza ou modos em que a produção(social) se desenvolve. Trata-se de determinações que são comuns a cada capital enquanto tal, ou que fazem de cada soma determinada de valores um capital. E as diferenças dentro desta abstração são igualmente particularidades abstratas que caracterizam toda espécie de capital, ao ser sua afirmação ou negação (por exemplo capital fixo ou circulante); 2) porém o capital em geral, distinto dos capitais reais em particular, é ele próprio uma existência real (MARX, 2011, p. 369).

Assim, nos termos de Carvalho:

Toda esta descoberta científica – da gênese e funcionamento do capital – foi levada adiante sem a necessidade de Marx ter levado em conta, num primeiro momento da sua investigação, a existência dos diversos capitais concretos e nem as diferenças entre eles. Isto porque Marx percebeu que, qualquer que fosse a distribuição entre os capitais individuais da mais-valia social gerada ao nível do processo de produção, “nunca os capitais concretos [poderiam] dividir entre eles mais do que plusvalor total ou o surplus-produto total”. (CARVALHO, p. 166, 2014).

Entretanto, embora a abstração da concorrência implique na abstração das diferenças entre capitais particulares resguardando a identidade genérica do movimento do capital social total a partir da

forma de um capital em geral, é apenas e justamente a partir dessa concorrência, produto da multiplicidade desses capitais particulares, que pode ser posta com uma abstração real uma forma genérica do capital, como concreticidade. Desse modo, embora os economistas burgueses caracterizem a concorrência como oposta ao monopólio, em Marx, seria um equívoco abordá-la sob o prisma quantitativo da multiplicidade de capitalistas, na medida em que, enquanto pluralidade de capitais, ao pôr-se, a concorrência inicia o processo pelo qual ela mesma se subsume sobre a forma genérica do capital geral, recolocando a condição dos capitais particulares em concorrência no mercado como uma relação do capital consigo mesmo.

Se, portanto, não é o capital geral que determina os movimentos particulares dos capitais plurais, se, ao contrário, é na confluência dos movimentos individuais dos capitais como singularidades em oposição que se compõe a totalidade do capital social, essa totalidade deve ser, assim, posta a posteriori. Assim também, é negada agora a pluralidade formal dos estágios cíclicos do capital a partir da abstração dos movimentos singulares na forma geral do capital.

No entanto, como na concorrência tudo deve aparecer como invertido, de modo que o trabalho pareça ser determinado pelo preço, assim também a aparência da pluralidade em jogo na concorrência oculta a generalidade posta em movimento por ela. A concorrência é, portanto, o momento da aparência a ser negado pelo nível da essência - o capital social total. Desse modo, o capital social total, como abstração das formas particulares de capital, se apresenta como efetivação da interversão iniciada no momento da reprodução ampliada do capital particular e, portanto, como uma *reprodução ampliada social total do capital*. No nível formal, a negação da concorrência significa uma passagem na escala da produção global da forma cíclica da produção para a forma espiralada.

A concorrência se apresenta como um espaço de luta, como disputa de forças entre os capitais particulares, onde os capitalistas se enfrentam por frações de capital. Entretanto, no momento do capital

social total, esses poderes se articulam num único e mesmo movimento de valorização global do valor, de modo que as forças individuais, bem como as micro relações de poder, postas em jogo pelos movimentos dos capitais particulares, tanto dentro da fábrica quanto na circulação, são negadas num movimento mais abrangente do poder de classes e se estabelecem, por sua vez, agora numa escala de produção global, como os dois polos da relação de mais-valia, capital e trabalho.

Assim, ainda que de alguma forma o poder de classes se estruture fundado nos poderes particulares dos capitalistas sobre o trabalho, seu poder enquanto classe difere essencialmente daqueles poderes particulares e, no entanto, operam uma abstração parecida com aquela desenvolvida no interior da fábrica sobre o trabalhador quando posto sob uma forma abstrata geral. Não há mais o trabalhador particular, há apenas o trabalhador coletivo, ou seja, a classe trabalhadora, e é sobre ela, na condição de classe trabalhadora, que se opera a dominação, não mais particularizada, na medida em que não há mais o capitalista particular, mas a classe capitalista na instância do capital geral, o capitalista coletivo. Uma forma específica de dominação que opera, agora, sobre cada indivíduo, conforme age sobre todos coletivamente. É deste modo que podemos, então, compreender melhor, por exemplo, o conceito de exército industrial de reserva.

As relações de dependência, bem como de determinação, passam a se estabelecer no âmbito das classes, de modo que não se trata mais de um capitalista particular determinar, por meio do salário, a capacidade de input de valor de um trabalhador em si mesmo e, portanto, de seu padrão de vida particular, mas do estabelecimento de um padrão médio de vida, de uma capacidade de investimento na própria força de trabalho estabelecida num nível social, coletivo, pela classe capitalista sobre a classe trabalhadora. Entretanto, é preciso notar que essa dimensão das classes já estava posta desde o início no estabelecimento da relação particular entre trabalhador e capitalista, haja visto que o valor da força de trabalho é socialmente determinado. Desse modo, a forma trabalho abstrato, como componente funda-

mental e fundante do valor da mercadoria, põe, desde o início, essa generalização que se reproduz em todos os níveis de abstração da realidade, de modo que o desenvolvimento da forma trabalho abstrato não possa ser dissociado do desenvolvimento das próprias classes sociais. Isto, que está pressuposto desde o desenvolvimento da apresentação marxista do processo de valorização do valor (as classes sociais) está, no entanto, desde já posto na realidade. Dessa maneira, o trabalho abstrato se apresenta como aspecto determinante da forma de dominação propriamente capitalista, de modo que a dualidade entre abstrato e concreto no trabalho seja não apenas uma característica específica do trabalho no capitalismo, mas uma contradição fundante.

Desse modo, o capital social total põe como concreticidade a abstração real das classes. Ele nega a posição de sujeito posta pela aparência da circulação, submetendo os agentes sociais agora como predicados de sua ação.

Tronti, ao retornar a esse momento da apresentação marxiana, terá como objetivo central compreender os aspectos políticos que se desdobram das contradições postas em jogo no interior desse movimento. Partindo da separação entre processo de trabalho e processo de valorização, encontra no capital social total o estágio mais desenvolvido do esforço imanente do capital em unificar esses dois processos. Nesse movimento, o trabalhador é incorporado como parte orgânica do processo de valorização, como objeto pelo qual o capital se valoriza. Essa unidade é, portanto, contraditória na medida em que o processo de trabalho, enquanto fundamento, é negado pelo processo de valorização que ele mesmo põe, de modo que o valor deva aparecer, no nível da aparência, como fundamento de si mesmo. Nos termos de Tronti:

O capital coloca o trabalho -e está obrigado a colocá-lo- como criador de valor, mas depois contempla o valor -e está obrigado a contemplá-lo- como valorização de si mesmo. O capital contempla o processo de trabalho unicamente como processo de valorização, contempla a força de trabalho unicamente como

capital; altera profundamente a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre força criadora de valor e valor: quanto mais busca recuperar a totalidade do processo de trabalho social no processo de valorização do capital, quanto mais consegue integrar a força de trabalho ao capital, tanto mais procura fazê-lo. (TRONTI, 2001 p. 43-44, tradução nossa).

O desenvolvimento dessa integração da força de trabalho pelo capital é determinante na passagem que Marx realiza da análise do processo direto de produção para o processo global de reprodução. Na medida em que se articulam os movimentos dos capitais particulares a separação entre capital constante e capital variável permanece, bem como não deixa de existir a divisão entre trabalho necessário e mais-valor. Ao contrário, ela se generaliza, dando lugar, agora, a um mais-valor social que só pode ser extraído da classe como um todo. Do mesmo modo, a contradição inerente dessa relação entre o trabalho vivo e trabalho morto também será posta no nível global, dando concreticidade à abstração das classes como oposição socializada (socializzata) entre capital e trabalho. Por um lado, o capital, ao socializar o processo produtivo, põe o trabalhador coletivo; por outro, apenas pode fazê-lo sob o controle de um poder também coletivizado nesse movimento, o capitalista coletivo. Nos termos de Tronti, “o capitalista coletivo é a forma que o poder assume nas mãos do capital social” (TRONTI, 2001 p. 72).

A efetivação da lógica capitalista como valorização do valor universalizada, expõe, portanto, como condição necessária a constante incorporação das particularidades sociais no processo de reprodução do capital para, dessa forma, se apresentar na forma de uma totalidade. Tal como na relação de contradição universal e particular operada pelo capital na negação dos capitais particulares no capital social, assim, também, capitalista e trabalhador individuais serão negados por sua forma universalizada coletiva. Como aponta Tronti,

Quanto mais a produção capitalista penetra profunda e extensivamente e invade a totalidade das relações sociais, mais a sociedade aparece como uma totalidade em relação à produção, e a produção como uma particularidade em relação à sociedade. Quando o particular se generaliza, torna-se universal, aparece representado pelo geral, pelo universal. (TRONTI, 2001, p. 53-54, tradução nossa).

No processo de supressão das singularidades, o plano do capital coloca em movimento a coletividade como fator de determinação social, assim, não cabe nem ao capitalista, tampouco ao trabalhador, sua representação, mas se institui uma totalidade que supera a soma das partes. Desse modo, fica à mostra a verdadeira relação entre o capital e a própria classe capitalista, de modo que nessa superação os interesses individuais dos capitalistas são negados pelos interesses subjetivos do capital. Despontando como o verdadeiro sujeito social, o capital põe o capitalista, agora, como mero “agente, funcionário, *mandatário* desta potência, nem sequer seu representante, mas comissário direto dotado de um poder limitado” (TRONTI, 2001, p. 75). Assim, essa negação fica mais evidente quando, pelo processo de acumulação, pela concentração, “a expropriação se estende agora dos produtores diretos aos próprios capitalistas individuais” (TRONTI, 2001, p. 74), o capital passa a expropriar os expropriadores.

A relação capital/trabalho se expressa, agora que a classe capitalista assume efetivamente, enquanto classe, os interesses subjetivos do capital, essa posição universal da classe e, uma vez que o capital se universaliza como princípio geral das relações sociais, a “tensão entre capital e trabalho se converte em *instituição legal da sociedade*; e são reconhecidas, em sua plena autonomia, todas aquelas instituições que garantem um ordenado desenvolvimento burguês das reivindicações operárias particulares.” (TRONTI, 2001, p. 76).

A incorporação dessas tensões tende ao esvaziamento de seu conteúdo emancipatório. Inclusive porque a representação de

classe passa a ser substituída por formas genéricas de soberania popular, cidadania, etc., nos termos de Tronti, “somente em sua figura genericamente humana, a força de trabalho pode se submeter voluntariamente ao capital. Somente como necessidades humanas as exigências operárias são livremente aceitas pelo capitalista” (TRONTI, 2001, p. 85). Essa transposição das lutas ao campo dos direitos, portanto esse movimento de institucionalização das lutas no processo de incorporação pelo capital, mina, assim, seu caráter propriamente revolucionário.

Não existem direitos fora do capital. Os trabalhadores sequer precisam defender os “direitos do trabalho”: os direitos do trabalho, neste nível, são os mesmos que os do capital. O sindicato, a luta sindical, por si só não pode sair do sistema, está destinada a ser inevitavelmente parte do seu desenvolvimento. Os interesses do capital não são mais corporativos; os interesses do trabalho fora do capital são corporativos. Um sindicato que, como tal, isto é, sem partido, sem organização política de classe, afirma ser autônomo em relação ao plano do capital, nada mais faz do que ser a forma mais perfeita de integração da classe trabalhadora no capitalismo. (TRONTI, 2001, p. 85).

No entanto, em decorrência da necessidade de pôr o trabalhador coletivo, o capital acaba por criar as possibilidades de sua própria subversão. Contudo, essa possibilidade se manterá ainda como potência enquanto essa classe, que é posta pelo capital como *classe para um outro*, não assumir seu próprio processo de construção como *classe para si*. É neste sentido que tudo deve se passar, ao menos no nível da aparência, como invertido. Por um lado, a representação de classe é negada pelas formas genéricas aparentes postas em movimento pelo sistema capitalista, por outro a universalidade do trabalhador como classe potencialmente revolucionária é fragmentada nas lutas

particulares⁷. A contradição entre particular e universal operada desde o início do processo de produção se exprime, agora, nas formas de luta operária.

Assim, a relação entre capital e trabalho, tal como a descreve, espelha a dialética do senhor e do escravo hegeliana, de modo que o capital não encontre, em nenhum dos objetos pelos quais se realiza, nada além de si mesmo. O capital, portanto, se afirma como ser para si sobre um sujeito coletivo que se sujeita pela alienação do trabalho e, no entanto, ao fazê-lo, passa a depender do produto do trabalho do subjugado, de modo a inverter a relação, haja visto que o processo de valorização pressupõe processo de trabalho, mas processo de trabalho não pressupõe processo de valorização.

Em resumo, na medida em que o capital apenas se desenvolve plenamente quando se universaliza e põe a realidade social como totalidade, então, é apenas no âmbito da totalidade que ele pode ser contraposto. É preciso, portanto, que esse outro sujeito, capaz de pôr interesses subjetivos que não os do capital, assuma o lugar da transformação social. Esse sujeito é a classe, mas não tal como é posta pelo capital, é a classe que reconhece e põe a si mesma como sujeito. Ela precisa contrapor os interesses subjetivos do capital aos seus próprios interesses subjetivos de classe e, portanto, precisa reconhecer-se como sujeito revolucionário. Tronti, deste modo, se aproxima e se distancia da posição leninista na medida em que, assumindo a posição da luta de classes e o papel central do partido como sintetizador das lutas, acaba por romper, no entanto, com a perspectiva de um partido de vanguarda. Se a classe deve ser posta por si mesma enquanto sujeito revolucionário, logo é insuficiente um partido *para* os trabalhadores, devendo antes ser constituído *de* trabalhadores. Assim, ao pôr a

⁷ Desde as lutas corporativistas de setores específicos de trabalhadores nas lutas sindicais, até as formas fragmentárias dos movimentos identitários (Por formas fragmentárias tomamos aqui toda forma de luta que parte, necessariamente, da recusa de lutas universais em proveito de conquistas parciais a grupos específicos).

centralidade da luta de classes, Tronti procura romper com as posições deterministas difundidas por algumas alas do marxismo tradicional.

Se há algo de muito hegeliano em suas posições, há também, a partir desta posição de centralidade da luta de classes, seu aspecto determinantemente materialista. Sua conclusão do embate entre as classes ressignifica todo o desenvolvimento anterior, de modo que, se contrapondo às leituras deterministas realizadas de uma famosa passagem de Marx⁸, afirma que “a um determinado grau de exploração do trabalho corresponde um determinado nível de desenvolvimento capitalista. Não o contrário” (TRONTI, 2001, p. 70). O que Tronti procura pôr em evidência é que, embora não a façam como querem, são os homens que fazem a sua própria história. É preciso, portanto, retrair essa história de um *ponto de vista operário*.

É preciso olhar ao longe e em profundidade a situação de classe da classe operária. A sociedade capitalista tem as suas leis de desenvolvimento: os economistas as inventaram, os governantes as aplicaram e os operários as sofreram. Mas as leis de desenvolvimento da classe operária, quem as descobrirá? O capital tem a sua história e os seus historiadores a escrevem. Mas a história da classe operária, quem a escreverá? Muitas são as formas de domínio político da exploração capitalista. Mas como se chegará à próxima forma de ditadura dos operários, organizados em classe dominante? É preciso trabalhar com paciência, no cerne, desde o interior, sobre esse explosivo material social. (TRONTI, 2016, p. 158).

⁸ “Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, no conjunto dessas categorias marcadamente hegelianas com as quais Tronti opera, autonomia é liberdade, ainda que uma liberdade possível e, justamente por isso, é processo, é autonomia em desenvolvimento e construção.

Considerações finais

Num contexto marcado, por um lado pela difusão do modelo de socialismo real instituído pela consolidação de moldes stalinistas como paradigma dos partidos comunistas em todo o mundo, por outro pelo aprofundamento das relações capitalistas em decorrência das reestruturações produtivas após a Segunda Guerra Mundial, Tronti insiste na retomada do ponto de vista operário, frente ao reformismo do PCI e do PSI. O autor produziu a crítica às formas institucionais-burocráticas de controle de classe e indicava que partidos e sindicatos eram vistos como apêndice do desenvolvimento do Capital, empurrando o movimento operário para o reformismo.

Assumir o ponto de vista operário parte da constatação de que apenas esse sujeito coletivo, na medida em que é posto como universalidade pelo próprio capital, é capaz de instituir interesses subjetivos autônomos àqueles postos pelo movimento de valorização do valor, de por seus próprios interesses de classe, o que significa que esta, ainda que posta como classe pelo capital, “assuma as rédeas” de seu próprio processo de construção enquanto *classe para si*. O que implica, por sua vez, ao mesmo tempo, na aceitação da centralidade do partido como eixo articulador das estratégias de luta operária, e na recusa de um partido *para* os trabalhadores, exterior a eles. Implica ainda, na compreensão de que, uma vez que o capital passe a assumir a posição de centralidade no processo de construção das relações sociais a partir de sua universalização como sujeito no interior da sociedade, esse outro sujeito que se universalizou contraditória e conjuntamente ao capital nesse processo seja posto como único caminho emancipatório viável, em contraposição a todo um conjunto de lutas parciais.

Referências

- ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BÁEZ, Mário Robles. *La posición del capital como muchos capitales y como capital social total y la determinación de las tasas uniforme y general de ganancia*. in: Razón y Revolución - n.º 23, p.97-83, 2012.
- CARVALHO, André C ;CARVALHO, David F. *As leis do movimento do capital e a dinâmica dos capitais plurais na concorrência capitalista*. In: Teoria e Evidência Econômica - Ano 20, n. 42, p. 157-194, jan./jun. 2014.
- DA FONSECA, Thiago Silva Augusto. “LÊNIN NA INGLATERRA”: MARIO TRONTI E O OPERARISMO ITALIANO. Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 2, n. 29, p. 144-157, 2016.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política Tomo I*. São Paulo:Brasiliense, 2ª edição, 1983.
- FILIPPINI, Michele. Mario Tronti e l’operaismo politico degli anni Sessanta. *Cahiers du GRM*, 2/2011, pp. 01-51. Disponível em: <https://journals.openedition.org/grm/220#quotation>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Editora Vozes Lda, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital: Volume I*, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital: Volume I*, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. *O Capital: Volume II*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- MARX, Karl. *O Capital: Volume III*, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. *O Capital: Volume III*, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. de Florestan Fernandes. 2.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Capítulo VI inédito do capital: resultados do processo de produção imediata*. 2ªedição São Paulo: Editora Centauro. 2010.
- READ, Jason. *La micropolítica del capital: Marx y la prehistoria del presente*. Madri: Terradinadie ediciones, 2016.
- TARÌ, Marcello. *Um piano de barricadas: autonomia operária (1973 - 1979)*. Lisboa: Edições Antipáticas, 2013.
- TRONTI, Mario. *Operai e capitale* (Rome: DeriveApprodi), 2006.
- TRONTI, Mario. *Obreros y capital*. Ediciones Akal, 2001.
- TRONTI, Mario. *LÊNIN NA INGLATERRA*. Trad. de Homero Santiago. in: Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 2, n. 29, p. 158-163, 2016.
- TURCHETTO, Maria. Antonio Negri e o triste fim do “operaismo” italiano. *Crítica Marxista*, n. 18, 2004, p. 84-99. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo252artigo5.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.